

A REDE DE ENSINO ESTADUAL PAULISTA NUM CENÁRIO DE HIPERBUROCRATIZAÇÃO

Maria José da Silva Fernandes
UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
mj.fernandes@unesp.br

Introdução

Em São Paulo, as reformas educacionais de base neoliberal expandiram-se a partir da eleição do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1995. Foram sete gestões consecutivas e, a partir de 2023, iniciou-se o governo de Tarcísio de Freitas, do Partido Republicanos, que tem endurecido as medidas gerencialistas e implementando incisivos elementos de monitoramento e controle do trabalho docente.

Nessas três décadas, o gerencialismo não teve uma forma única e nem abandonou a relação umbilical com os princípios neoliberais:

Como um rio de drenagem meândrica, a NGP espraia-se em alguns pontos, recua em outros e faz muitos contornos, cria braços descontínuos e subparalelos, chegando até parecer afastar-se de sua calha original, mas, ao final, não abandona seu curso principal de drenagem que segue sendo pautado pelo gerencialismo (Barbosa et al., 2022, p. 4).

Quando analisadas longitudinalmente, as medidas explicitam um projeto governamental articulado e com propósitos claros, como discutido em pesquisa coordenada por Jacomini e Stoco (2022), estabelecendo-se as bases para uma educação escolar rigidamente formatada e com participação do setor privado. Esta posição foi defendida pelo atual governo desde a campanha eleitoral quando genéricas ações envolvendo o controle das escolas a partir de uma política de resultados e de uso de tecnologias foram anunciadas.

Uma vez no governo, a Seduc, representada por Ricardo Feder - empresário reconhecidamente defensor da privatização e co-autor do livro “A melhoria da educação no Brasil passa por uma questão fundamental: é o Estado a entidade certa para operar milhares de escolas?” - assumiu uma postura autoritária, com pouco diálogo e muitos instrumentos de gestão próprios do setor privado. A genérica proposta da campanha eleitoral se desdobrou em medidas que tem sido “apresentada” aos gestores e professores em muitas reuniões realizadas de forma remota (denominadas *lives* com o

Secretário) e com a distribuição interna de boletins semanais, inclusive com comparações de resultados entre as escolas, classificadas agora por “padrões” Ouro e Diamante. Essa dimensão hiperburocrática da rede estadual foi facilitada pelos processos tecnológicos:

O correio eletrônico institucional encontra-se generalizado e os professores são agora representados pela administração como estando sempre acessíveis em termos de comunicação, recebendo a qualquer altura convocatórias, avisos, ordens de serviços, instruções etc. muitos atos administrativos foram desmaterializados (Lima, 2012, p. 147).

Com atuação do novo secretário e contando com as bases gerenciais constituídas nas décadas anteriores, vislumbra-se uma educação organizada pelo viés do mercado, com o uso de mecanismos de padronização, comparação e monitoramento do trabalho docente, os quais serão destacados na sequência.

Desenvolvimento

Esta problematização relaciona-se a uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo analisar como as medidas decorrentes de uma gestão hiperburocratizada, aprofundadas num governo marcadamente de viés gerencial, interferem na organização das escolas e no trabalho docente e como estes reagem a partir de seus contextos específicos de ação. Na etapa inicial, que ora se apresenta, buscou-se identificar as principais medidas tomadas pelo atual governo que se vinculam à formatação, controle e monitoramento e redução da autonomia. Foram consideradas publicações oficiais, sínteses de comunicados circulantes em reuniões de gestores e a página da Seduc. A análise documental considera a “linguagem da reforma”, cujo corpus é encarado não como ponto de partida absoluto, mas como objeto de interpretação, cuja unidade de análise permite acesso ao discurso para se compreender a política (Shiroma, Campos e Garcia, 2005).

Na análise foram identificados alguns instrumentos que têm assumido centralidade na organização do trabalho da rede, sendo eles:

a) Material Digital próprio para as matérias de formação geral/básica, em PPT, usado pelos professores em sala de aula em consonância com os conteúdos presentes no Currículo Paulista e nas avaliações oficiais. De acordo com o governador, a Seduc tem mais de 6.000 aulas preparadas a serem “aplicadas” pelos professores (FSP, caderno B4,

06/08/2023). O material é disponibilizado na “Sala do futuro” e, segundo comunicado da rede, tem o objetivo de “empoderar” o professor e complementar a dinâmica das atividades em sala, de forma acessível, engajadora e permanente.

b) Plataformas digitais (atualmente 30) centralizadas no Painel Escola Total BI Educação. De acordo com os documentos oficiais, o “*Business Intelligence (BI) refere-se ao uso da tecnologia para criação de soluções inovadoras para as escolas melhorarem seu desempenho*” a partir de “*imediata correção de rumos*”. Trata-se de uma ampla ferramenta tecnológica na qual podem ser acessados: 1) dados gerais de uso dos docentes e gestores, caso da Prova Paulista, Matrículas, Aluno Presente, Apoio Presencial e Conviva; e 2) plataformas para uso dos estudantes via Centro de Mídias, criado em 2021 durante a pandemia de COVID-19, a partir das quais se cobra dos diretores o número de acesso dos docentes e estudantes e o tempo de uso. Os dados gerados pelo Painel compõem a avaliação de desempenho dos diretores e a classificação das escolas a partir das metas estabelecidas, recaindo sobre a bonificação por resultados (BR).

c) Avaliação bimestral denominada Prova Paulista realizada remotamente no Centro de Mídias pelos estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e de todo o Ensino Médio. Na gestão do sistema estão as instituições privadas, com destaque para os Parceiros da Educação que têm assumido o trabalho de planejamento/replanejamento junto às escolas da rede.

d) Apoio Presencial definido por “Portaria do Coordenador da Coordenadoria Pedagógica” (São Paulo, 2024), com a exigência de observação de aulas de todos os professores da Unidade Escolar. O “Apoio” integra a rotina de Diretores Escolares, Diretores de Escola e/ou Coordenadores de Gestão Pedagógica que têm, a partir de uma tabela, o número de observações a serem realizadas semanalmente em função do número de pessoas que compõem a equipe de gestão. Os gestores geram um relatório (também padronizado), indicando o uso ou não do material digital, os registros das interações dos estudantes com as atividades propostas, a gestão do tempo, o clima da sala de aula, as formas de comunicação, metodologia, estratégias e recursos utilizados. Estes registros compõem o Painel Escola.

e) Avaliação bimestral de desempenho de Diretores Escolares/Diretores de Escola estabelecida pela Resolução nº 12/2025, considerando os indicadores presentes

no “Super BI”, disponibilizados no Painel Escola Total, e as notas obtidas pela escola no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). Os diretores que não atingem a “Meta Ouro” estabelecida pela Seduc são sujeitos às penalidades: remoção a critério da administração, designação para exercício de outras funções e “submissão” a curso de capacitação.

Tomando como ponto de análise as publicações da Seduc após o ano de 2023, observa-se a amálgama de medidas e o aprofundamento do controle, racionalização e hiperburocratização da rede com o uso de recursos tecnológicos, que, de acordo com Lima (2012, p. 148), “modela as realidades escolares, controlam tempos e espaços, generalizam metodologias e processos de trabalho, favorecem a padronização e a mensuração bem como a comparação automática de processos e resultados”.

Considerações finais

As regulações e injunções que chegam às escolas mediante um amplo conjunto normativo desestabilizam a organização presente na escola e interferem nas atividades e trabalho docente. Entre aquilo que se produz normativamente e sua execução no cotidiano escolar, há a escola, espaço pouco considerado quando se trata da linguagem e da prática decorrente da reforma. Neste sentido, temos no atual momento do projeto educacional paulista um amplo campo para as pesquisas e muitos questionamentos: há caminhos para resistir à hiperburocratização? Como as escolas se organizam e reagem nos seus contextos específicos de ação?

Referências

BARBOSA, Andreza; JACOMINI, Márcia Aparecida.; FERNANDES, Maria José da Silva.; VENCO, Selma Borghi. Contratação, carreira, vencimento e jornada dos profissionais da educação estadual paulista (1995–2018). **Educação & Sociedade**, v. 43, p. 1-20, 2022.

JACOMINI, Márcia Aparecida; Stocco, Sérgio (Orgs.). **Política e gestão da educação na rede estadual paulista, 1995-2018**. São Paulo: Alameda, 2022.

LIMA, Licínio Carlos. Elementos de hiperburocratização da administração educacional. In: LUCENA, Carlos; SILVA JUNIOR, João dos Reis (Orgs.). **Trabalho e educação no século XXI: experiências internacionais**. São Paulo: Xamã, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Portaria do coordenador de 14/03/2024**. Dispõe sobre o apoio presencial para os Professores, em sala de aula, pelo Diretor Escolar e/ou Diretor de Escola e/ou Coordenador de Gestão Pedagógica Geral e por Área de Conhecimento. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção I, São Paulo, 15/03/2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SEDUC nº 12, de 23 de janeiro de 2025**. Altera a Resolução SEDUC nº 4, de 19 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a Avaliação de Desempenho de Diretores Escolares/Diretores de Escola. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção Atos Normativos, 24/01/2025.

SHIROMA, Eneida O.; CAMPOS, Roselane F.; GARCIA, Rosalba Maria C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.